

## **Arqueologia urbana: cultura material, patrimônio e história na cidade de Belém, PA**

Luciana Cristina de Oliveira Azulai

### **Resumo**

*O artigo aborda a trajetória e os desafios contemporâneos da Arqueologia urbana, enfatizando os estudos da cultura material no meio urbano, sua importância e peculiaridades no contexto da cidade. Também apresenta exemplos de caso de Arqueologia urbana em Belém-PA e as observações e interpretações acerca do estudo realizado sobre o Museu da Universidade Federal do Pará- MUFPA e sua coleção de Arqueologia urbana que se encontra sob a guarda desta instituição, formada através de vestígios encontrados no jardim do museu durante as reformas realizadas no local. A proposição conclusiva é a ideia de que esses vestígios e o próprio Museu e o palacete que o abriga, integram um sítio urbano e histórico de Belém. Assim, pretende-se contribuir com as discussões sobre cultura material arqueológica e sua importância como parte da história da cidade.*

### **Abstract**

*The article addresses the recent history and contemporary challenges of urban Archeology, emphasizing the studies of material culture in the urban environment, its importance and peculiarities in the context of cities. It also presents relevant examples of urban archeology in Belém-PA and the observations and interpretations about the study carried out on the Museum of the Federal University of Pará-MUFPA and its collection of urban archeology that is under the custody of this institution, formed through traces found in the museum garden during the renovations carried out on the site. The conclusion focuses on the idea that these remains and the Museum itself and the palace that houses it, are part of an urban and historic site in Belém. Thus, it is intended to contribute to the discussions on archaeological material culture and its importance as part of history of the city.*

A materialidade da vida humana esteve presente ao longo do tempo durante a sua formação social, compondo-se em elementos de memória, aspectos simbólicos e funcionais, agenciando a sua organização cotidiana. Nesse sentido, a cultura material possibilita estudar e conhecer o passado da humanidade através de seus registros materiais, tais como, objetos artísticos, vestígios arqueológicos, estruturas edificadas ou modificações físicas na paisagem. Nesse sentido, a cultura material é diversa e complexa, considerando a variedade de estudos incorporados em suas diferentes manifestações. Genericamente falando, a cultura material abrange tudo o que faz parte da materialidade, por isso, a expressão refere-se a todo segmento do universo físico socialmente apropriado neste mundo (Meneses, 1983). No entanto, a cultura material sugere um interesse interdisciplinar que visa muito mais do que só o concreto, preocupando-se também, com a relação que há entre os objetos materiais e as pessoas no passado e no presente evidenciando a dimensão imaterial que existe no próprio aspecto material da cultura.

Os objetos materiais desde os tempos pré-históricos têm circulado continuamente e dinamicamente constituindo diversos contextos simbólicos. Assim, ocorrem transformações sociais nos espaços de trocas mercantis e cerimoniais, além de formarem um corpo representativo e distintivo de várias sociedades e seus aspectos culturais ao redor do mundo (Gonçalves, 2007). As formas dos objetos, bem como, suas trajetórias históricas possibilitam representações e interpretações sobre os efeitos sociais na vida das pessoas, moldando-as como entidades socialmente construídas e de valores atribuídos, sejam no passado ou no presente (Gosden, 2005). Neste sentido, a cultura material em suas diferentes formas tem sido apropriada e reapropriada dentro e fora do meio acadêmico e das instituições, como os museus.

Na medida em que os objetos materiais circulam permanentemente na vida social, importa acompanhar descritiva e analiticamente seus deslocamentos e suas transformações (ou reclassificações) através dos diversos contextos sociais e simbólicos: sejam as trocas mercantis, sejam as trocas cerimoniais, sejam aqueles espaços institucionais e discursivos tais como as coleções, os museus e os chamados patrimônios culturais. Acompanhar o deslocamento dos objetos ao longo das fronteiras que delimitam esses contextos é em grande parte entender a própria dinâmica da vida social e cultural, seus conflitos, ambigüidades e paradoxos, assim como seus efeitos na subjetividade individual e coletiva (Gonçalves, 2007, p.15).

Os objetos materiais ao serem selecionados, colecionados, guardados, preservados,

conservados, expostos e pesquisados indicam a dada importância que atribuímos a eles, seja por valor de antiguidade, seja por características referentes ao valor da memória que carregam. Pode-se dizer que estes objetos funcionam como suportes de informações, dos quais, surgem inúmeras interpretações relacionadas ao passado de determinada sociedade – como dados cruciais sobre a organização econômica, social e simbólica da existência social e histórica do objeto – na busca de entender como viviam e o que conheciam, dentre outras questões de interesse de pesquisa. De fato, os objetos materiais são “documentos” que constituem e integram a busca pelo conhecimento sobre o passado que construímos continuamente no presente (Meneses, 1997).

No âmbito da Arqueologia, para Tania Andrade Lima (2011), a cultura material enfatiza uma característica fundamental no campo da disciplina que corresponde à dimensão concreta das relações estabelecidas dentro do meio social através da materialidade. De acordo com a pesquisadora, a Arqueologia investiga através da cultura material produzida e transformada por diferentes sistemas socioculturais, objetivando principalmente explicar os fenômenos de mudança cultural, operando dessa forma, a partir de três dimensões inter-relacionadas que estruturam a vida social: forma, espaço e tempo. A dimensão da forma e sua variabilidade tem sido na trajetória da disciplina a mais visibilizada, agregando à construção de diversas perspectivas teóricas – tais como, Histórico-culturalismo, Processualismo, Pós-processualismo, entre outros – esquemas de classificação tipológica a partir da descrição, coletas de campo, métodos e técnicas ao longo do desenvolvimento científico durante o século XX.

A partir da década de 1980, a Arqueologia irá adicionar aos debates contemporâneos novas linhas de pensamento principalmente por meio do pós-processualismo, no qual, ocorrerá uma fragmentação da disciplina considerando não mais modelos universais (que foram vigentes nas décadas de 1960-70), mas sim, um particularismo. Dessa forma surgem novas perspectivas da disciplina arqueológica e subdisciplinas que apontam para a dimensão simbólica da cultura material direcionando-se para os sentidos e significados permeados nos aspectos da vida social da humanidade (Lima, 2011). Na presença de novas perspectivas da relação com a materialidade, as percepções e sensações configuram o modo como indivíduos vivem suas experiências cotidianas, sendo que, não apenas as formas dos objetos são estudadas pela Arqueologia, mas também, outros atributos, tais como: cor, textura, som, gosto, cheiro.

Não restam dúvidas de que a cultura material é uma construção social, mas fundada nas propriedades físicas dos materiais, a partir da complexa trama de possibilidades que essas propriedades oferecem à criatividade humana, que delas se apropria para a atribuição de toda sorte de significados, que vão mudando ao longo da história de vida dos objetos, posto que não são estáticos (Lima, 2011, p. 20).

Compreendendo a cultura material como uma construção social, os objetos são dinâmicos e possuem uma vida social. Assim, surgem outras definições a respeito dos estudos da cultura material, como no campo da fenomenologia e da teoria social, que passaram a se expandir em meados da década de 1990 influenciando principalmente estudos sobre a Arqueologia da paisagem e da subjetividade inerente às relações entre as pessoas e os objetos (Lima, 2011).

Citando o antropólogo e arqueólogo inglês Daniel Miller (2013), as “coisas fazem as pessoas” e elas também têm uma vida social. Miller, em sua abordagem teórica no que se refere ao estudo da cultura material, ou melhor dizendo, – sobre “a teoria das coisas”, parte de uma perspectiva sobre a “agência” das coisas que se referem aos efeitos dos objetos sobre as pessoas e enfatiza a ideia da “humildade das coisas” que não são percebidas por nós, mas sim, invisibilizadas, pois detém uma força que age sobre nós o tempo todo.

Diante do que foi apontado acima, chama-se a atenção para a ideia de que os objetos, as coisas, enquanto fenômenos, ultrapassam o sentido material, estão sempre nos construindo, moldando e interagindo com pessoas em tempos e espaços distintos, isto é, acompanham o processo de vida coletiva dos seres humanos. Conforme a reflexão de Miller nos aponta:

[...] coisas, veja bem, não coisas individuais, mas todo o sistema de coisas, com sua ordem interna, fazem de nós as pessoas que somos. Elas são exemplares em sua humildade, sem nunca chamar atenção para o quanto devemos a elas. Apenas seguem adiante em sua empreitada. Porém, a lição da cultura material é que, quanto mais deixamos de notá-la, mais poderosa e determinante ela se mostra. Isso propicia uma teoria da cultura material que dá aos trechos muito mais significado do que se podia esperar. Acima de tudo, a cultura vem dos trechos (Miller, 2013, p.83).

Portanto, a cultura vem dos “trechos”, então, a importância dos objetos na vida das

pessoas giraria em torno dessa invisibilidade das coisas que as constroem, e que se encontram no cenário que constitui a vida humana. Podemos pensar nos objetos do passado, os objetos arqueológicos e os artefatos que contam e reelaboram memórias, marcam fatos e acontecimentos, bem como, são registros de identidades das próprias pessoas a quem pertenceram e dos locais onde possivelmente viveram. Assim, o que podemos falar sobre a cultura material arqueológica no contexto da Arqueologia urbana e sua relevância para o patrimônio e memória das cidades? A existência de sítios arqueológicos urbanos é algo que está ganhando cada vez mais evidência nas últimas décadas, no qual estes são descobertos em decorrência de intervenções arquitetônicas e obras realizadas para construções de empreendimentos. Os estudos da Arqueologia no meio urbano têm avançado, mas, há muito a se desenvolver frente a diversos desafios que se interpõem sobre o assunto.

Diante disso, este artigo faz uma abordagem sobre as discussões da cultura material no âmbito urbano enfatizando o trabalho e as perspectivas da Arqueologia urbana, focando ao final no estudo de caso referente às observações e coleta de dados realizados em Belém-PA – provindo de parte dos resultados da pesquisa de mestrado da autora (2016-2018). Dessa forma, busca-se fazer reflexões a respeito da materialidade do passado e sua persistência no presente implicando em sua preservação, valorização e promoção de conhecimento para a sociedade.

### **Arqueologia urbana e o Patrimônio cultural das cidades**

Ao estudar a cultura material e sítios arqueológicos no âmbito das cidades, a Arqueologia urbana encontra desafios, uma vez, que tem a cidade como elemento direcionador, analisando um potencial que abordará os aspectos históricos, socioeconômicos, culturais, assim como as transformações que ocorrem dentro deste espaço (Teller e Warnotte, 2003; Costa, 2014). Adiante, faremos algumas considerações a respeito da Arqueologia urbana.

Primeiramente, para que estudar o contexto patrimonial presente na cidade? Como afirma Costa (2014), no campo das ciências humanas e sociais, a cidade pode ser estudada como um “laboratório” privilegiado, único e acelerado para a análise das mudanças socioculturais. A partir disso, não há como se estudar um patrimônio sem estudar a própria significância da cidade. Disciplinas como a Antropologia e a Arqueologia têm dedicado

estudos sobre as cidades sob um olhar inter e multidisciplinar. A cidade como campo de estudo é objeto ao mesmo tempo singular e universal em constante transformação (Costa, 2014).

A cidade na sua complexidade representaria, portanto, através dos seus artefactos, fragmentos de vestígios e memórias, mitos fundadores da sociedade contemporânea que permanecem hoje em formas e linguagens diferentes e se tornam uma parte do substrato colectivo que vive o espaço urbano (Leonardi, 2007, p.4).

Desta forma, a existência de sítios arqueológicos urbanos vem mostrando-se como algo cada vez mais recorrente, no qual estes são “descobertos” em decorrência de obras e intervenções realizadas para construções de empreendimentos, como por exemplo, em obras de metrô, mercados, praças, prédios históricos, e os mais diversos espaços existentes nos centros das cidades. Durante a execução destas obras, vestígios arqueológicos são encontrados no subsolo e estes por sua vez são registros do passado citadino, associando a história da formação urbana e marcam as mudanças socioculturais ocorridas em um espaço geográfico (Teller e Warnotte, 2003; Costa, 2014).

Sobre a formação das cidades brasileiras, vale dizer que o planejamento urbano colonial brasileiro é consequência também da própria história da formação das cidades portuguesas. Na característica principal urbanística das cidades coloniais portuguesas à beira mar pode-se identificar a existência de dois elementos distintos, um religioso e outro militar, correspondendo a construções como igrejas e fortes militares, por exemplo. A organização do espaço urbano no Brasil se dará a partir do período do êxodo rural para os centros urbanos em 1850, tendo em vista o acelerado crescimento populacional e a expansão econômica observada desse período adiante (Costa, 2014).

No que tange à Arqueologia urbana no mundo, na Europa esta surge através das reconstruções dos países devastados após a 2ª Guerra Mundial. Na América do Norte é exercida desde a década de 1960, como consequência da Arqueologia de salvamento realizada no espaço urbano – apesar de somente na década de 1980 ter adquirido importância, devido ao impacto causado pelos grandes empreendimentos nas cidades. Na América Central, a Arqueologia urbana buscou incorporar o passado pré-colonial, assim como o pós-colonial (Costa, 2014).

Na América Latina, os estudos em Arqueologia histórica e urbana tem se desenvolvido de forma desigual em relação aos outros continentes e aos próprios países latinos. Citando um exemplo latino, temos o caso da cidade arqueológica de Havana Velha (capital e maior cidade de Cuba), possuidora de uma arquitetura eclética e monumental, e um potencial arqueológico incalculável, considerando a riqueza de informações sob o seu solo antropogênico, além dos espaços urbanos projetados em diferentes tempos e contextos sócioeconômicos e culturais (Domínguez e Funari, 2002).

No âmbito nacional, os estudos em Arqueologia urbana se iniciaram na década de 1980, em São Paulo, ocorrendo seu desenvolvimento na década de 1990, destacando-se no Rio de Janeiro e em Porto Alegre. No entanto, tais estudos ocorreram diversas vezes de forma acidental, onde para preservar o impacto gerado por obras ao patrimônio arqueológico foram realizadas pesquisas nos espaços urbanos. Com o passar dos anos, nas últimas décadas os estudos urbanos com foco na Arqueologia vêm se ampliando nas diferentes regiões do Brasil. Por isso, tem-se dado atenção para os estudos dos restos materiais de diversos segmentos sociais, assim como para os estudos sobre as práticas cotidianas de descarte. Além disso, espaços urbanos que demarcam registros históricos passaram a ser objetos de pesquisa, exemplo de alguns deles são os jardins e passeios imperiais, cemitérios de escravos, e mais recentemente as áreas portuárias (Costa, 2014; Symanski, 2009).

Citando uma das regiões do país, o sudeste, possui vários casos de Arqueologia urbana, como por exemplo, São Paulo através das ações do Departamento do Patrimônio Histórico- DPH desde 1975, e do Museu Paulista desde 1979, com os trabalhos desenvolvidos pela Prof.<sup>a</sup> Margarida Andreatta (Costa 2014). O Rio de Janeiro também assume um dos estados nas quais as práticas do capitalismo vêm sendo estudadas ao longo dos anos, diversos sítios têm sido encontrados em meio à realização de obras nos centros urbanos da capital e de outras cidades do estado. Exemplificando, temos o enorme sítio arqueológico denominado Sítio Matadouro Imperial São Cristovão descoberto atrás da área da antiga estação ferroviária da Leopoldina, no qual foi encontrada uma diversidade de artefatos, incluindo pertences da família imperial no subterrâneo do terreno em uma área de descarte no século XIX, além de objetos oriundos de grupos indígenas que viviam em ocupação anterior na região. Após todo o trabalho arqueológico no sítio, ocorreu como parte da pesquisa realizada a exposição “Achados da Leopoldina: arqueologia urbana na era digital” em 2017 no Museu Histórico Nacional (MHN) (Ferreira e Borsani, 2019).

A região Norte do Brasil também apresenta algumas pesquisas arqueológicas em áreas históricas e urbanas, com trabalhos realizados por alguns pesquisadores interessados no tema. Podemos citar o arqueólogo e professor Fernando Marques como um dos pesquisadores que tem realizado pesquisas na cidade de Belém, em espaços como o Complexo Feliz Lusitânia, o Forte do Presépio, Estação das Docas e em outras localidades do Estado do Pará como também fora dele, nos estados do Amapá e Rondônia.

A respeito dos aspectos teóricos e metodológicos no desenvolvimento de estudos em Arqueologia urbana, de acordo com Costa (2014) estes são diversos e possuidores de um grau de complexidade, mas ao mesmo tempo podem e devem estabelecer um diálogo entre os vários estudos que podem ser realizados 'na' e 'da' cidade e sua relação reflexiva com a Arqueologia e o meio urbano. Segundo Symanski (2003), o que diferencia as duas práticas é a abordagem ao qual se propõem: sendo uma particularista, no caso da Arqueologia 'na' cidade, segundo a qual, é considerada apenas como o ambiente em que o sítio está inserido, e uma sistêmica no caso da Arqueologia 'da' cidade, no qual o sítio é considerado um elemento de um sistema mais amplo, e, assim passível de fornecer informações sobre esse sistema.

[...] a cidade como sítio arqueológico também pode ser entendida por seus tipos de vestígios, onde lixeiras coletivas, presentes nos aterros de praças ou vias públicas, contêm artefatos que informam, através do anonimato, as tendências gerais sobre cada época. E as lixeiras particulares, dos quintais ou abaixo de construções mais modernas, que representam a individualidade através de artefatos, em sua maioria ligados a um determinado grupo doméstico ou familiar. Porém, a estratigrafia urbana não é lida só abaixo do solo, mas também acima; onde casas e prédios tornam-se artefatos sobre a vida cotidiana, zonas comerciais e industriais são vestígios de espaços de troca e produção, e as ruas e praças representam também estruturas de lazer e sociabilidade (Costa, 2014, p.21).

No entanto, conforme questiona Costa (2014), em termos práticos, como definir arqueologicamente o potencial de estudo de um determinado espaço urbano? A resposta não é simples, e somente pode ser alcançada começando pela identificação dos parâmetros a serem utilizados no estudo, considerando-se a quantidade e qualidade dos dados, e similaridades e diferenças contextuais da pesquisa. Recursos como dados históricos escritos, imagens, mapas e plantas urbanas ou até registros orais podem auxiliar na reconstrução destes espaços e no prognóstico da existência ou não de vestígios arqueológicos.



Nesta perspectiva, tomando a potencialidade dos vestígios urbanos, o que representaria um sítio histórico urbano? Conforme a Carta de Petrópolis (1987) – documento elaborado no 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, ocorrido na cidade de Petrópolis-RJ, em 1987 –, entende-se como sítio histórico urbano o espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações. Esse sítio histórico urbano deve ser entendido em seu sentido operacional de área crítica, e não por oposição a espaços não históricos da cidade, tendo em vista que toda cidade é um organismo histórico. Então, a ideia de sítio histórico urbano como patrimônio pode representar aspectos essenciais para se entender as dinâmicas socioculturais nas cidades, visto que:

A categoria patrimônio cultural é interpretada como um conceito polissêmico, compreendido desde o conjunto dos elementos que cada indivíduo entende como pertencente à sua esfera pessoal, até o conjunto de evidências naturais e de produtos do fazer humano, definidores ou valorizadores das identidades de determinados indivíduos e grupos sociais (Britto e Abreu da Silveira, 2014, p.6).

Neste entendimento, a paisagem urbana também se apresenta como algo que possibilita se visualizar as mudanças do ponto de vista morfológico, caracterizando-se num *collage* gerado por sobreposições e justaposições de diferentes sistemas de relações ao longo do tempo nas cidades. Os valores e significados que se sobrepõem aos aspectos estruturais relacionados com os elementos físicos, naturais, históricos ou sociais, devem ser considerados fatores fundamentais no estudo da questão urbana (Leonardi, 2007).

No que se refere à especificidade da valorização do patrimônio arqueológico no enquadramento urbano, conforme chamam atenção Jacques Teller e Anne Warnotte (2003), será que a cidade, como um todo, deveria ser olhada como um objeto a ser desenvolvido como se fosse uma espécie de Museu? Neste sentido, argumentam sobre a questão da valorização dos vestígios arqueológicos, no qual primeiramente pensam ser um conceito vago e complexo ao mesmo tempo, pois engloba ideias diferentes e por vezes incompatíveis, considerando os aspectos puramente econômicos até os mais simbólicos. Segundo estes autores, para os arqueólogos os vestígios têm um valor científico, já que representam a sua fonte primária de investigação, e tal valor é quase limitado diante do constante progresso dos métodos científicos e analíticos. Neste sentido, acentuam que:

A análise do potencial valor dos vestígios num contexto urbano aponta ser da maior dificuldade porque depende de dois factores aparentemente contrários: por um lado, a cidade “viva”, em constante alteração, e por outro, o sítio arqueológico, isolado, intemporal, que deve ser preservado de uma forma permanente. A qualidade do uso que se vai dar a este património vai depender da capacidade para se compreenderem e equilibrarem estes factores (Teller e Warnotte, 2003, p.3).

Por esse ponto de vista, podemos questionar no meio social, para que e por que se valorizam vestígios arqueológicos? É possível considerar que a descoberta de vestígios arqueológicos atrai a curiosidade e a atenção das populações, assim como a abertura dos sítios ao público durante as escavações por meio de visitas guiadas que podem funcionar como mecanismo para despertar o interesse do público sobre as sociedades e sobre as formas de vida do passado. Existe assim, uma tendência para a Arqueologia enfatizar o inter-relacionamento entre os grupos sociais e o seu ambiente, o que suscita às comunidades a preocupação com os assuntos ambientais e a salvaguarda do património natural e humano (Teller e Warnotte, 2003; Symasnki, 2009).

A Arqueologia urbana também pode atrair enormes investimentos, mas pode representar ao mesmo tempo maiores e menores riscos em termos do desenvolvimento da cidade. A valorização de sítio arqueológico pode apresentar benefícios e desvantagens, e ao mesmo tempo tem uma dimensão política. Outro facto a se considerar é a tendência a se dar “preferência” ao que é original ou autêntico no caso de construções históricas principalmente (Teller e Warnotte 2003). Assim a questão da valorização, bem como da conservação e preservação, irá se mostrar distinta dependendo da situação de cada património arqueológico e dos interesses sociais, políticos, económicos e culturais envolvidos.

A partir dessa breve abordagem sobre a Arqueologia urbana, considerando a cultura material e sítios históricos em meio urbano, essa disciplina pode ser compreendida como os estudos da cultura material na e das cidades, tomando a importância do processo de formação histórica e as dinâmicas contemporâneas. Portanto, pode se apresentar como meio investigativo que parte de um foco multidisciplinar na exploração do património arqueológico em seus diversos casos.

## **Arqueologia urbana em Belém do Pará: potencial e invisibilidade**

A cidade de Belém, capital do estado do Pará, situado no Norte do Brasil, é caracterizada como um ponto de confluência na região amazônica. Desde os primeiros indícios de sua formação, a cidade de Belém passou por várias transformações e ressignificações no seu contexto urbano. Belém começou a ser colonizada no início do século XVII, a partir da disputa da colonização das Américas pelas duas maiores potências do período, Portugal e Espanha (Costa, 2007).

No início a cidade foi batizada de Feliz Lusitânia, depois passou a ser chamada Santa Maria do Grão Pará, em seguida Santa Maria de Belém do Grão Pará até chegar finalmente, em Belém. A sua fundação oficial é datada de 12 de janeiro de 1616, quando o capitão-mor Francisco Caldeira Castelo Branco (1566- 1619) fundou às margens da baía do Guajará com o regimento em que foi instruído a escolher um sítio acomodado para levantar uma fortificação. Deste modo, por meio da ajuda dos índios Tupinambá – que já ocupavam a área muito antes dos colonizadores chegarem e “descobrirem” o território – e auxiliados pelo engenheiro-mor Francisco de Frias Mesquita, Castelo Branco construiu um forte. O forte foi edificado numa ponta de terra elevada, dando início ao primeiro “aglomerado urbano” da cidade de Belém (Marques, 2006).

Na cidade de Belém, assim como em outras cidades brasileiras, sítios históricos e vestígios arqueológicos também foram encontrados durante a execução de obras decorrentes de reformas/revitalizações e implantação de infraestrutura urbana. Destacaremos a seguir alguns exemplos de sítios arqueológicos urbanos em Belém. O Projeto Feliz Lusitânia implementado pelo Governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria Executiva de Cultura do Estado, realizou uma extensa pesquisa de Arqueologia urbana na área do Forte do Presépio e da Casa das Onze Janelas (antigo Hospital Militar), ambos localizados no centro histórico da cidade de Belém (figura 1). As atividades foram desenvolvidas durante o período de janeiro de 2001 a dezembro de 2002, e se concentraram, principalmente, no monitoramento dos trabalhos das escavações. A pesquisa também compreendeu levantamentos históricos em documentos e iconografias, análises e identificação e todo o material arqueológico “recuperado”, assim como o reconhecimento das estruturas arquitetônicas devido ao seu valor histórico, foram restauradas visando o projeto museográfico incorporado ao local (Marques, 2006).



Figura 1. Escavações no

Forte do Presépio.

Fonte: Marques, 2006, adaptado pela autora, 2017.

Conforme Fernando Marques (2006), pesquisador que esteve à frente dos trabalhos realizados no Projeto Feliz Lusitânia, os objetivos de estudo se direcionaram ao resgate de informações arqueológicas com o intuito de conseguir dados para o projeto, principalmente nos aspectos: 1) o meio de vida dos habitantes do local e entorno ao longo de um processo histórico; 2) as alterações ocorridas na configuração da arquitetura do Forte do Presépio e do antigo Hospital Militar em vários períodos. De forma específica, buscaram reconhecer e evidenciar os vestígios da cultura material associada ao cotidiano dos habitantes da fortificação e de áreas do entorno, para assim contextualizá-los com materiais similares datados de períodos desde o início do século XVIII, coletados em outros sítios históricos militares da região amazônica, como por exemplo, a Fortaleza de São José (em Macapá- AP), e o Forte São Pedro Nolasco, em Belém.

Os fragmentos e objetos encontrados na área do forte e entorno (figura 2), que totalizaram 100 mil (cem mil), foram analisados segundo os seguintes grupos de cultura material: cerâmicas torneadas e não torneadas; cachimbos produzidos em caulim; materiais de construção; utensílios domésticos; faianças e faianças finas (decoradas e sem decoração); utensílios em grés; porcelanas; metais; vidros; líticos ou rochas; ossos humanos e de animais, além de evidências arquitetônicas. Os materiais coletados durante a escavação passaram por tratamentos adequados de higienização, e em seguida foram analisados quanto a atributos como, natureza de matéria-prima, forma, função, decoração, dimensões, entre outros, tendo

em vista a classificação tipológica. Além disso, através da observação das técnicas de manufatura e/ou decorativas e das características físico-químicas presentes nas cerâmicas e louças, a partir do contexto com bibliografia especializada, foram inferidos períodos de sua utilização, de acordo com datações relativas (Marques, 2006).

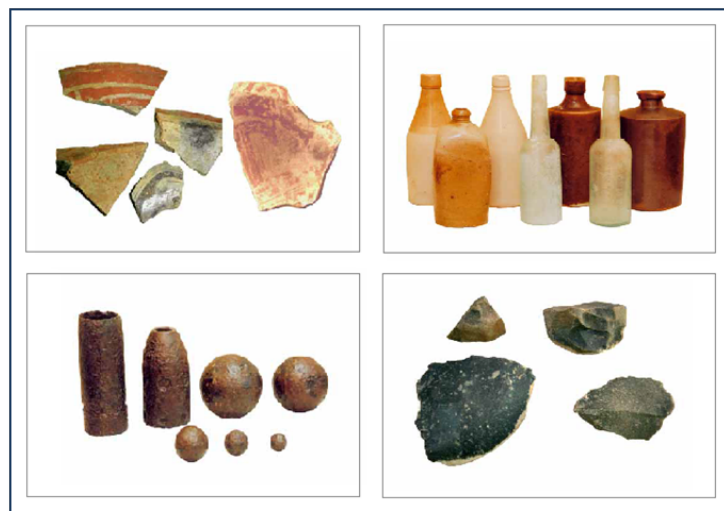


Figura 2. Materiais coletados no Sítio Histórico do Forte do Presépio e áreas do entorno. Fonte: Marques, 2006, adaptado pela autora, 2017.

Após a prospecção arqueológica, foram realizados serviços de restauração das evidências arquitetônicas mediante o seu valor histórico, para fins de exposição, visitação pública e ponto turístico de Belém. No Museu do Encontro, instalado no espaço interno do Forte do Presépio, encontram-se os resultados da pesquisa arqueológica, expostos na sala Guaimiaba, que ainda apresenta as estruturas restauradas, apresentando de forma cronológica nos painéis e vitrines, os objetos encontrados (Marques, 2006).

No antigo porto fluvial de Belém, sendo hoje a Estação das Docas, vestígios arqueológicos também foram encontrados. O local é um dos pontos turísticos mais requisitados da cidade, inaugurado em 2000 a partir dos projetos de modernização e revitalização promovidos pelo Governo do Estado do Pará. Durante a revitalização da área da Estação das Docas, foram coletados diversos fragmentos e objetos inteiros no local. Próxima à entrada do armazém 1 da estação há uma exposição permanente (figura 3), que constitui um acervo histórico que corresponde a louças portuguesas (faianças) e materiais

em vidro e metal, além de artefatos marítimos que contam a história da navegação no Pará.



Figura 3. Vestígios arqueológicos na exposição da Estação das Docas. Fotos da autora, 2016.

Além dos exemplos mencionados, há outros casos de espaços que também passaram por obras de restauração ou projetos culturais e se tornaram alvos de pesquisas ao ser evidenciado a existência de vestígios históricos durante a execução desses projetos. Citando alguns exemplos temos o Largo da Sé, o Largo do Carmo, a Casada Rosada, o Centro Cultural Sesc Boulevard, entre outros espaços do centro histórico de Belém.<sup>1</sup>

Sobre o sítio histórico ou colonial do Largo do Carmo (localizado na Praça do Carmo, em frente à igreja de mesmo nome), no século XVII foi construída uma capela, posteriormente destruída no início da década de 1930, após longo período de abandono. A pesquisa de Glenda Fernandes (2014) sobre este sítio aponta para a análise dos impactos causados pela realização de projeto de Arqueologia urbana realizado em 1994, considerando a intervenção relativa ao processo de socialização do sítio arqueológico com as ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Brancos. Nas escavações foram encontrados moedas e outros materiais do período colonial, assim como esqueletos com características indígenas, evidenciando a existência de um cemitério que está relacionado com o contato colonial entre portugueses e nativos. Considerando o estado de conservação

---

<sup>1</sup> Ver Jornal Beira do Rio - Universidade Federal do Pará. [www.jornalbeiradorio.ufpa.br/novo/index.php/2012/133-edicao-101--janeiro-e-fevereiro/1300-uma-outra-historia-de-belem](http://www.jornalbeiradorio.ufpa.br/novo/index.php/2012/133-edicao-101--janeiro-e-fevereiro/1300-uma-outra-historia-de-belem). Acesso em 12 de jan. 2017.

do sítio, há muito que se refletir sobre as formas de intervenção adotadas para o patrimônio arqueológico urbano e sobre os distintos modos de apropriação desses na cidade. Dessa forma, Fernandes (2014) considera o processo de construção e execução do projeto de intervenção, assim como os impactos causados pela presença dos pesquisadores na praça e, particularmente, as percepções das comunidades locais sobre o sítio, que tem atualmente múltiplas funções, por exemplo, o espaço é usado como depósito de lixo cotidianamente.

Distante do centro histórico de Belém, temos também o Sítio histórico do Engenho Murutucu, localizado na antiga estrada das Centrais de Abastecimento do Estado do Pará-CEASA, hoje nomeada rodovia Murutucu, no bairro do Curió Utinga em Belém. No local funcionou um dos engenhos de açúcar e aguardente mais prósperos da região amazônica do século XVIII. O sítio passou por várias intervenções a partir de pesquisas realizadas desde 1986 a 2015, através de projetos de pesquisa distintos coordenados por arqueólogos como Margarida Andreatta, Fernando Marques e Diogo Costa. Os materiais coletados nas escavações executadas no sítio somam uma diversidade de vestígios inteiros e fragmentados de louças (faianças e faianças finas), vidros, grés, metais, moedas, cachimbos, cerâmicas domésticas e construtivas, dentre outros. No sítio, hoje restam apenas as ruínas da capela de Nossa Senhora da Conceição, e algumas estruturas referentes às edificações da Casa Grande, da casa do engenho, da chaminé e das obras hidráulicas do sistema motriz na extensão do terreno. A área se configura como um local de grande importância para o Patrimônio Cultural e ecológico da cidade, embora a situação da gestão e preservação tenha sido problemática, mesmo o sítio sendo um monumento tombado pelo IPHAN desde 1981.

Os estudos sobre a Arqueologia urbana em Belém, além de possibilitarem descobertas de um passado colonial, trazem à tona, também, o passado daqueles que existiram no território antes de nós – as sociedades indígenas. Dessa forma, as pesquisas são cruciais não apenas para os sítios, os monumentos e a cultura material arqueológica, mas também para toda sociedade do passado e do presente (Marques, 2006). Além dos espaços musealizados, como o Forte do Presépio e o espaço da exposição arqueológica na Estação das Docas, Belém ainda conta com museus e instituições que possuem acervos de Arqueologia histórica e urbana como, por exemplo, o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), no qual o seu campus de pesquisa possui uma reserva técnica de Arqueologia dividida em dois setores, sendo a primeira delas a reserva Pré-histórica e a outra de Arqueologia Histórica. Esta última reúne um acervo formado por diversas coleções de materiais provindos não só de Belém, mas também de outras regiões do Estado do Pará.

Contudo, ainda não existe especificamente um Museu de Arqueologia em Belém, embora haja um grande potencial de pesquisas.

Para a Arqueologia urbana na cidade de Belém, um dos desafios atuais é o entendimento dos vestígios apropriados de forma incomum ao trabalho arqueológico, como é o caso da pesquisa que apresentaremos na última parte deste trabalho, e outro é a invisibilidade daqueles vestígios inseridos na paisagem, que também podem ser lidos como patrimônio arqueológico – como os casarões históricos, os quais muitos sofrem com descaso e depredação –, porém nem sempre são tomados como tal e nem percebidos no cotidiano da cidade. Além disso, a questão de investimentos de políticas públicas para a valorização do Patrimônio cultural em Belém ainda é um ponto que necessita desenvolvimento e fomentos por parte das autoridades locais.

Levando-se em consideração a importância dos achados arqueológicos no meio urbano e através de pesquisas dos locais e dos materiais coletados, é relevante destacar a possibilidade da transformação dos espaços (musealização), sejam em sítios ou coleções. Tornar um determinado espaço visitável possibilita a sua conservação e preservação, além de contribuir para a comunicação e divulgação da história do lugar. Espaços musealizados, por assim dizer, podem ser também meios de atração turística e cultural dando visibilidade ao Patrimônio de uma cidade. Contudo, em Belém a Arqueologia ainda precisa de uma atenção mais ampla quanto à divulgação ao público local e turístico, seja através de ações arqueológicas ou museológicas nos próprios sítios históricos, ou nas coleções que estão sob a guarda de museus e de outras instituições.

### **Arqueologia urbana no Museu da UFPA/Palacete Augusto Montenegro**

Na seção final deste artigo apresentamos algumas implicações provindas de parte da pesquisa de mestrado da autora realizada no programa de pós-graduação em Antropologia da UFPA (2016-2018). A pesquisa versou sobre o estudo desenvolvido no Museu da Universidade Federal do Pará – MUFPA e a coleção de Arqueologia urbana que se encontra sob a guarda desta instituição. O objetivo geral da pesquisa foi a investigação baseada na cultura material que compõe a coleção arqueológica, bem como buscou entender sua trajetória até a formação da coleção dentro do Museu. O intuito da pesquisa também foi compreender as mudanças ocorridas na paisagem do local onde os objetos arqueológicos



foram encontrados, procurando estabelecer possíveis relações existentes no espaço do Museu e a importância para o Patrimônio Cultural da cidade.

O Museu da UFPA está situado no centro da cidade de Belém – PA, no bairro de Nazaré. A instituição está instalada em um prédio histórico, tombado pelo governo do Estado do Pará – o Palacete Augusto Montenegro construído em 1904, para servir de residência para o ex-governador do Estado Augusto Montenegro (figuras 4 e 5). O prédio de características ecléticas foi projetado pelo arquiteto italiano Filinto Santoro, que incorporou ao mesmo o estilo arquitetônico renascentista italiano. No ano de 1962, sob a gestão do Reitor José Rodrigues da Silveira Netto, a Universidade Federal do Pará comprou o palacete Augusto Montenegro e instalou no prédio a reitoria da instituição de ensino. Em 1983, com a construção do Campus Universitário no bairro do Guamá, a sede da reitoria da UFPA muda-se e, neste mesmo ano, é instalado o Museu da UFPA – MUFPA – no Palacete Augusto Montenegro. O acervo do museu é composto por diferentes setores: artes visuais, bibliográfico e fotográfico.<sup>2</sup> Além disso, o museu possui um acervo de Arqueologia Urbana provindo do próprio local (Britto e Abreu da Silveira, 2011; Souza, 2010).<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> O acervo de artes visuais é formado por pinturas, desenhos, cartuns, fotografias, esculturas, gravuras, esculturas dos séculos IX, XX, XXI, constituído por meio de aquisições, doações e permutas.

<sup>3</sup> A palavra “acervo” é como os funcionários do Museu da UFPA denominam o conjunto dos “achados arqueológicos” como assim se referem, porém, do ponto de vista da autora os mesmos correspondem na realidade a uma coleção específica integrada ao acervo de artes visuais do Museu. Dessa forma, optou-se por usar o termo coleção ao longo deste trabalho, que segundo a concepção de Krzysztof Pomian (1984) pode ser definida como um conjunto de objetos que se encontra fora da circulação de atividades econômicas, e que é sujeito a uma proteção especial num local fechado projetado para este fim, e exposto ao olhar público. Os objetos neste sentido tornam-se parte de uma coleção quando lhes são atribuídos valores simbólicos, ou seja, são semióforos, pois possuem significado e podem representar um período no tempo, um lugar específico, uma sociedade, entre outros aspectos.



Figura 4. Palacete Montenegro/Museu da UFPA. Entrada lateral pela área do jardim. Foto: Magno Alves, 2014.

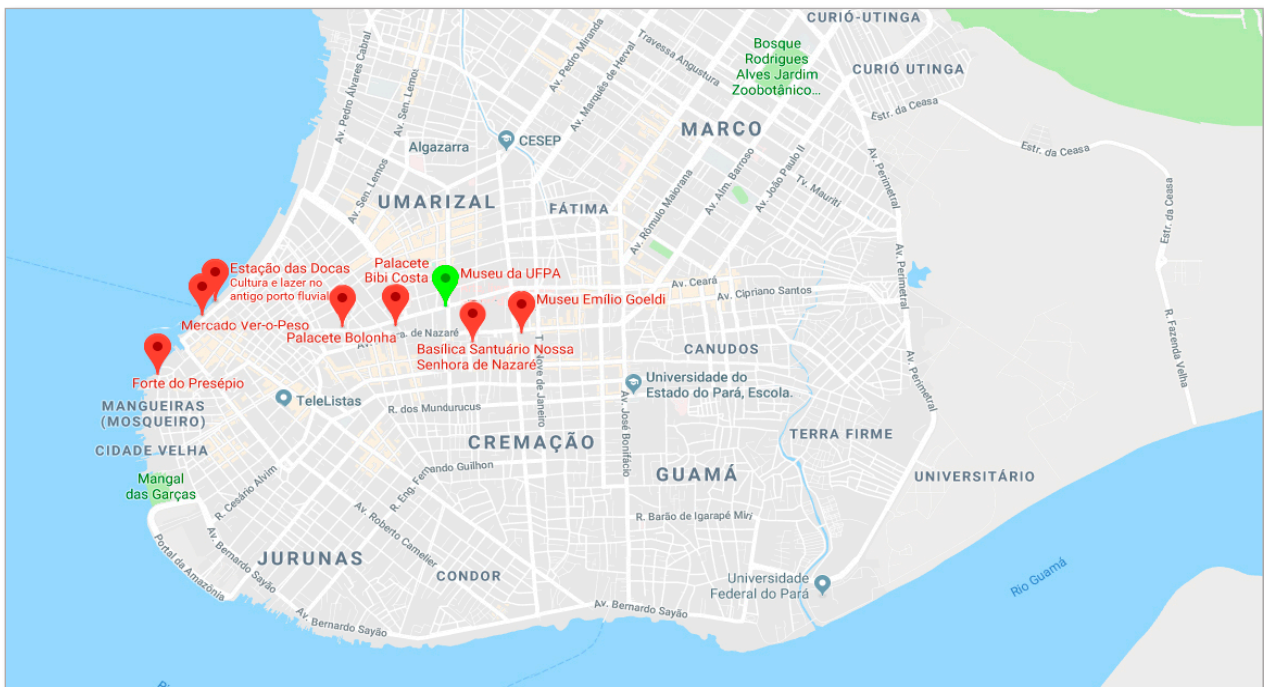


Figura 5. Mapa com a localização do Museu da UFPA. Fonte: Google maps, adaptado pela autora, 2018.

A coleção de Arqueologia urbana foi formada através de um conjunto de vestígios arqueológicos encontrados no museu durante as reformas realizadas no local (tanto no casarão como na área do jardim). A pesquisa se concentrou nos materiais encontrados na área do jardim. Em 2005, quando ocorria a reforma do jardim, encontrou-se de forma não intencional, diversos fragmentos e peças inteiras de objetos arqueológicos, como louças decoradas e sem decoração (faianças, faianças finas e semiporcelanas), cerâmicas, vidros (garrafas, e recipientes), metais (moedas), materiais de construção (fragmentos de piso, azulejos), entre outros. A pedido da diretora Jussara Derenji os objetos arqueológicos passaram por um tratamento técnico (limpeza, numeração e armazenamento no acervo). Houve a produção de um inventário com as análises dos materiais, elaborado pelo professor Fernando T. Marques (pesquisador da área de Arqueologia histórica do MPEG) e participação da professora Rosangela Britto (ICA-UFFPA).

No levantamento realizado a partir das informações do inventário da coleção, foi contabilizado um total de 2099 peças, sendo identificadas: 1440 louças que correspondem a 30 faianças simples, 1289 faianças finas, e 121 semiporcelanas; 82 peças em grés; 104 peças em vidro; 76 peças em cerâmica; 78 em metal; 274 materiais de construção; e 45 classificados como materiais diversos (que não se enquadram nas demais categorias). Dessa forma, a categoria correspondente às faianças finas (louças) é a que detém a maior quantidade de materiais, como pode ser percebido no gráfico geral da distribuição quantitativa dos materiais (figura 6).

Os objetos da coleção de Arqueologia urbana, embora não tenham sido encontrados de forma convencional como é realizado em escavações arqueológicas, ou seja, através de um contexto sistemático, apresentam uma considerável significância por se tratarem de vestígios do passado que recebem atribuição de valor histórico-cultural no presente. A maior parte do material que compõe a coleção corresponde ao século XIX, mas há também a presença de materiais recorrentes dos séculos XVII e XVIII. Considerando as observações da coleção por meio das informações do inventário e durante as visitas realizadas no Museu da UFFPA, os objetos dessa coleção apresentam uma imensa diversidade no que corresponde a tempos, estilos e técnicas diferentes, bem como grupos e famílias distintas (figura 7).



Figura 7. Objetos da coleção de Arqueologia urbana do MUFPA. Fotos: da autora, 2018.

Em relação às interpretações sobre a coleção de Arqueologia urbana, a hipótese inicial da pesquisa era que os achados arqueológicos possivelmente pertenceram às pessoas que viveram na área onde hoje é o Museu, visto que o local antes de se tornar museu propriamente dito, teve várias ocupações, bem como serviu de moradias de famílias ricas de Belém até a década de 1960. Porém, como também existiram residências no terreno ao lado do palacete, no qual as casas foram compradas e demolidas para a construção do jardim residencial, de acordo com informações da diretora Jussara Derenji (comunicação pessoal, 2016), a hipótese passa para esta segunda informação.<sup>4</sup> Supõe-se que os vestígios coletados no jardim – que diferem dos encontrados durante a execução de obras no casarão, pois estes correspondem somente a materiais construtivos – podem pertencer então, às casas, correspondendo a uma espécie de “lixreira” de seus quintais, ocorrendo o descarte de materiais relativos ao cotidiano das pessoas.

Dessa forma, a pesquisa procurou entender o motivo da diversidade e a trajetória dos vestígios arqueológicos em contraponto com a história do local, isto é, do Casarão, do

---

<sup>4</sup> Apesar da investigação histórica em busca de documentos ou registros dessas casas, não foi possível a obtenção de mais informações sobre as mesmas.

Museu e do próprio espaço onde hoje é o jardim. Em relação às origens do material arqueológico que compõe a coleção de Arqueologia urbana, são indicadas duas possibilidades que podem ser sustentadas: I. O material arqueológico pertence às residências que foram demolidas para a construção do jardim; II. Os materiais pertencem a um aterro correspondente de várias partes da cidade, o que possivelmente explicaria a sua diversidade. Diante disso, a pesquisa traz uma proposição que a coleção arqueológica, o palacete/museu e o jardim formam um conjunto patrimonial de importância para a história do bairro de Nazaré e da cidade de Belém, o que nos instiga a compreendê-los enquanto artefatos constituindo um sítio urbano e histórico.

Em síntese, aponta-se a visualização do palacete/museu, do jardim e da coleção como um conjunto patrimonial interligado, ou seja, a constituição de um sítio urbano compreendendo não somente os vestígios coletados no jardim, como artefatos, mas também os demais espaços que compõem o complexo arquitetônico pertencente ao museu. Para demonstrar isto, buscamos desenvolver uma proposta de pesquisa baseada num esquema representativo que chamamos de “as três esferas do conhecimento”, relacionando os objetos de estudo com as discussões teóricas referentes às áreas do conhecimento da Arqueologia e Museologia.

Na ideia das “três esferas do conhecimento” apresentamos um esquema representativo sendo que cada esfera corresponde a um objeto de estudo, isto é, palacete/museu, jardim e coleção, que seriam equivalentes aos eixos temáticos da Arqueologia, Museologia e da cidade, formando assim, uma espécie de representação a partir dessas esferas que se enquadram simultaneamente em relação uma à outra, havendo uma interligação entre as mesmas. As esferas em que se enquadram os três objetos observados, correspondem a três elementos que constituem o conjunto patrimonial: a paisagem urbana, a memória coletiva e os vestígios representacionais. O esquema representativo é destacado a seguir na figura 8.

A proposta das “três esferas do conhecimento” pode ser validada a partir da própria disposição espacial dos eixos mencionados, num espaço que no passado serviu a diferentes usos e funções e que hoje é reconfigurado em um novo espaço de uso público e cultural, tendo em vista as adaptações realizadas para efeito de instituição museológica e compactação do terreno englobando o Palacete, o jardim e o prédio anexo do Museu da UFPA referente ao acervo e aos setores administrativos da instituição, conforme podemos ver no esboço do espaço integrado representado no esquema a seguir (figura 9).

Ao pensar na ideia dos esquemas supracitados é possível pensar a coleção arqueológica, o palacete/museu e o jardim integrando um espaço privilegiado de importância para a história da cidade de Belém, o que nos instiga a compreendê-los enquanto artefatos constituindo um sítio urbano e histórico, considerando também o dinamismo presente. Dito isto, é interessante destacar não só a disposição deste conjunto patrimonial, mas também a sua percepção contemporânea de novos usos e interações dentro deste meio, na medida em que o espaço é utilizado de diferentes formas correspondendo aos eventos culturais, ao lazer, à pesquisa, entre outros.

### **Considerações finais**

A partir das abordagens delineadas neste artigo, a Arqueologia urbana vem ganhando abrangência no campo acadêmico e é possível refletir sobre a importância de estudos, sejam nos sítios ou nas coleções em meio urbano, levando em conta a história e o contexto patrimonial das cidades. Através dos exemplos demonstrados, Belém se mostra como uma cidade que possui um potencial significativo para pesquisas em Arqueologia urbana, embora ainda seja necessário muito trabalho em relação à gestão do Patrimônio.

Sobre o caso da Coleção de Arqueologia Urbana do Museu da Universidade Federal do Pará- MUFPA, apesar de não ter sido constituída a partir de uma escavação arqueológica, com seus métodos e técnicas específicos, a mesma apresenta uma grande relevância para a pesquisa na medida em que pode ser relacionada a traços importantes para a própria história do local, no sítio urbano ao qual pertence, e para o Museu da UFPA enquanto lugar de memória, guarda, conservação, preservação, pesquisa e produção de conhecimento. Por fim, realizar investigações sobre este tema ainda pode ser um desafio frente a reflexões que ainda estão em desenvolvimento no campo acadêmico, mas ao mesmo tempo proporciona uma contribuição e valorização para o conhecimento, preservação e socialização do Patrimônio cultural da cidade e sua história.

### **Bibliografia**

Britto, R. M. de. e Abreu da Silveira, F. L. (2014) "Antropologia da Arquitetura Musealizada: paisagem museológica e as paisagens vernaculares da "esquina" do bairro de Nazaré, em Belém". In *Seminário Internacional de Museografia e Museologia*, Rio de Janeiro. Museografia e Arquitetura

- 203 -



de Museus. Rio de Janeiro: Rio Books, v. 01, pp. 2-15.

- Carta de Petrópolis (1987). Portal do IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Petropolis%201987.pdf> (Acessado: 16 Jan. 2017).
- Costa, D. F. da. (2007) *Além da pedra e cal: a (re) construção do Forte do Presépio (Belém do Pará, 2000-2004)*. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, pp. 13-44.
- Costa, D. M. (2014) O Urbano e a Arqueologia: uma fronteira transdisciplinar. *Vestígios- Revista Latino- Americana de Arqueologia Histórica*. Vol. 8 (2): 45-71.
- Domínguez, L. e Funari, P. P. A. (2002) La Arqueología Urbana en América Latina: el caso de Habana Vieja, ciudad arqueológica. *Estudios Ibero-Americanos* (28), pp.113-124.
- Fernandes, G. C. B. (2014) *“Um buraco no meio da praça”: múltiplas percepções sobre um sítio arqueológico em contexto urbano amazônico – o caso de Belém, Pará*. Dissertação de mestrado, Programa de pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará/ PPGA- UFPA, Belém, 2014.
- Ferreira, Maria de S. e Borsani, Isabela Maria O. (2019) *Achados do Matadouro de São Cristovão: o artefato arqueológico virtualizado no Museu Histórico Nacional*. Anais do Museu Paulista, São Paulo, Nova Série, vol. 27, 2019, pp. 1-37. e02.
- Gonçalves, J. R. S. (2007) ‘Teorias Antropológicas e Objetos Materiais’. In *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Coleção Memória e Cidadania, editora Garamond Ltda, Rio de Janeiro, pp.13-42.
- Gosden, C. (2005) What Do Objects Want? *Journal of Archaeological Method and Theory*, v.12 (3): 193-211.
- Leonardi, M. (2007) Paisagem Urbana e Arqueologia. *Artitextos*, nº 5, dez., pp.37-51. Editora CEFA (Centro editorial da Faculdade de Arquitetura). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/1796> (Acessado: 16 Set. 2015).
- Lima, T. A. (2011) Cultura Material: a dimensão concreta das relações sociais. *Bol. Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, Belém, v. 6, n.1, pp.11-23, jan.- abr.
- Marques, F. L. T. (2006) ‘Investigação Arqueológica na Feliz Lusitânia’. In *Feliz Lusitânia - Forte do Presépio/Casa das Onze Janelas/Casario da Rua Padre Champagnat*. Belém: Secult, pp.147-187.
- Meneses, U. T. B. de. (1983) A Cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, NS n.115, pp.103-117.
- \_\_\_\_\_. (1997) Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais*, Rio/São Paulo, CPDOC/FGV-IEB/USP.
- Miller, D. (2013) *Treco, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, pp.244.
- Pomian, K. (1984) ‘Coleção’. In *Enciclopédia Einaudi (Memória- História)*. Lisboa: imprensa nacional/casa da moeda, v.1, pp.51-86.

- Souza, P. (2010) *Palacete Augusto Montenegro: a casa dos homens de ontem, para os homens de hoje e de amanhã*. Artigo publicado em versão HTML no site do Museu da Universidade Federal do Pará. Disponível em: <https://mufpa.wordpress.com/historico/> (Acessado: 12 Jul. 2015).
- Symanski, L. C. P. (2003) Arqueologia de Contrato em meio urbano no Brasil: algumas reflexões. *Habitus: revista do Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia/PUC- Goiás*, v.1, n.1, pp.141-146, jan/Jun, 2003.
- \_\_\_\_\_. (2009) 'Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos anos'. In Walter Fagundes Morales e Flavia Prado Moi (Orgs.): *Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira*. Editora: Annablume/Acervo, pp. 279-310.
- Teller, J. e Warnotte, A. (2003) A valorização dos vestígios arqueológicos num contexto urbano. *Appear Position Paper* (1) – November. Tradução por António de Borja Araújo, engenheiro civil, I. S. T, pp.1-6.